

ARTIGO

O REGIME MILITAR BRASILEIRO, A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A GEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA

Resumo

Este artigo discorre sobre medidas do regime militar brasileiro (1964-1985) na Amazônia visando seu desenvolvimento e proteção, bem como suas origens ideológicas. Demonstra-se que as intervenções na região Amazônica tem origens remotas, mas que foram os militares que traçaram e executaram grandes Planos estruturantes, baseados em teorias geopolíticas, centradas nos pensadores da Escola Superior de Guerra. O contexto histórico mundial é o da Guerra Fria e o dos diferentes momentos por que passou a economia internacional, ou seja da expansão às crises da década de 1970 e 1980, com seus reflexos no Brasil, em especial a região em foco.

Palavras-Chave:

Regime Militar; Amazônia; Geopolítica.

Abstract

This article discusses the Brazilian military regime (1964-1985) on Amazon for their development and protection, as well as their ideological origins. Demonstrates that interventions in the Amazon region has remote origins, but it was the military that drew and executed major structural Plans, based on geopolitical theories, us-focused thinkers of the Escola Superior de Guerra. The world is the historical context of the Cold War and of the different times by now international economics, namely the expansion to crises of the 1970 and 1980, with their reflexes in Brazil, in particular the region in focus.

Keywords:

Military regime, Amazon, Geopolitical.

* Professor Associado do Curso de História da UFRR. Doutor em Desenvolvimento Sustentável – Ciências Socioambientais (NAEA/UFPA). Pesquisador do NUPEPA/UFRR.

Introdução

Desde o século XVIII que o Estado promove intervenções na Amazônia, com objetivos políticos e econômicos. O denominado ciclo da borracha e o avanço do capitalismo na segunda metade do século XIX transformaram a região em foco maior de atenções frente às pretensões estrangeiras e praticamente todos os pensadores geopolíticos na metade do século XX manifestavam inquietações para protegê-la. No campo estratégico, a Segunda Guerra, época em que a borracha foi novamente explorada em escala, mostrou sua importância como fornecedora de insumos básicos em infinitas quantidades. A partir daí, proteção de fronteiras no Norte brasileiro e necessidade de integrar a imensa região ao Estado Nacional passou a ser mais que um conjunto de ideias, um verdadeiro ícone da geopolítica nacional, principalmente de alguns pensadores militares.

Em 1964 uma aliança de militares, empresários e grandes proprietários rurais derrubou o governo de João Goulart. Começava um novo tempo na política brasileira e toma visibilidade uma instituição até então pouco conhecida no universo do planejamento para o Brasil: A ESG – Escola Superior de Guerra. Seguindo uma tendência, o novo governo buscou a aplicação de uma racionalidade das decisões e da eficiência, com uso da tecnocracia para implantar seu projeto para o Brasil e a Amazônia, “integrando” esta naquele. E, como no Estado Novo (1937-1945), para a ação instrumentalizou-se o Estado com a centralização e a criação de órgãos técnicos de abrangência nacional e regional. O conjunto de medidas, principalmente os grandes Planos atingiu a sociedade nacional como um todo e no caso amazônico, se buscou através da geopolítica, o desenvolvimento e a segurança, com as rodovias tendo um papel estruturante na ocupação e domínio territorial.

A ESG e a Geopolítica no Brasil

O general Golbery do Couto e Silva escreve em *Conjuntura política nacional, o poder Executivo & geopolítica do Brasil* (1981), que deve haver uma “[...] integração crescente do grupo social que compõe a Nação, tanto do ponto de vista político, como psicossocial e econômico, é também condição fundamental da própria sobrevivência do Estado” (SILVA, 1981, p. 168-169). E mais adiante: “À sobrevivência, essencial é ainda a manutenção do território, base física do Estado, uma vez que sua

mutilação redundará, em qualquer caso, em prejuízo da integração e em redução do bem-estar, da prosperidade e do prestígio nacionais”. Esse pensamento foi básico, uma verdadeira ideia-força na atuação da geopolítica brasileira após 1964. O general Meira Mattos, seguidor de Golbery, também membro da ESG, adaptou o pensamento geopolítico para a realidade da segunda metade da década de 1970, quando o horizonte político mundial já apresentava mudanças, como se verá adiante. Houve uma certa flexibilidade, portanto, embora o pensamento básico permanecesse.

A ESG foi fundada em 1949, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), pelo general Cordeiro de Farias segundo o modelo da War College dos EUA. Stepan (1971, p. 245) identifica sua origem com a Segunda Guerra Mundial e a participação de militares da Força Expedicionária Brasileira no conflito. Ao dissertar sobre a doutrina da entidade, Arruda (1978, p. 65), revela que essa se originou de um Curso de Alto Comando criado em 1942, ano em que o Brasil rompeu relações com o Eixo. A ideia, diz ainda Arruda (1978, p. 66), seria retomada em 1948 pelo Decreto 25.795, de 22 de outubro, o qual estabeleceu normas para sua organização. Seu nascimento se deu dentro do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), onde já se encontrava uma Missão Militar Americana composta por três altos oficiais. Era o tempo de plena Guerra Fria e da presidência de Eurico Gaspar Dutra, cujo governo era acima de tudo pró-EUA e anticomunista ferrenho.

No entanto, nem sempre a ESG identificou-se inteiramente com as ideias dos geopolíticos americanos (TAMBS, 1978, p. 45-64), ou com as medidas daquele governo. Sua estrutura e os denominados “princípios fundamentais”, segundo Arruda (1978, p. 67), não eram uma cópia de sua inspiradora. A Lei de criação definitiva da Escola, de 20 de agosto de 1949, coerentemente, definia a mesma como não mais restrita a militares (ARRUDA, 1978, p. 68-69), mas congregando também civis de “[...] atuação relevante na orientação e execução da Política Nacional”. O artigo 1º da Lei, diz a mesma fonte, expressava seu objetivo maior: “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional”. O binômio Segurança e Desenvolvimento, que marcou a doutrina da Escola e os governos militares pós-1964, já despontava desde os primórdios da Escola, diz o mesmo autor.

Como qualquer entidade, a ESG teve diferentes momentos e sofreu influências de transformações políticas e ideológicas de âmbito nacional e global. Mattos (1977, p. 127), reconhece que sua origem está acima de tudo ligada a questões relativas às transformações do poder militar. Este poder, segundo o autor, após a Primeira Guerra “[...] perdia sua autonomia, no caso de conflitos bélicos e as expressões eco-

nômica e psicossocial do poder nacional entravam para o contexto bélico com um peso cada vez mais substancial”. O poder político, “[...] antes quase sempre arrastado pelo poder militar”, reconhece, passava a ser o único capaz de coordenar as três expressões citadas e a “[...] conduzi-las em convergência aos mais altos interesses nacionais”. Eis por que, afirma, a Inglaterra, em 1927 e depois a França em 1936, criaram suas escolas superiores de estudos estratégicos. Nestas, registra ainda Mattos (1977, p. 127-128), militares e funcionários civis “[...] se dedicaram ao estudo da guerra como fenômeno total [...] buscando uma melhor adequação da estrutura do Estado, para responder a uma tal emergência”.

Essa mudança conceitual estaria calcada (SILVA, 1981, p. 151) a ajustes necessários após a Segunda Guerra, quando esta mostrou que as táticas tradicionais de guerra foram superadas em favor de uma integração de ações. Com o fantasma da guerra nuclear, e já nos tempos da Guerra Fria, outras concepções de guerra foram elaboradas para responder aos novos tempos. Algumas premissas, objetivos e princípios no entanto, permaneceram. Quatro exemplos disso são dados por Mattos (1975, p. 60): o surgimento do conceito de segurança em substituição ao de defesa; a consciência de que o Brasil possuía requisitos para ser uma grande potência; a crença de que o desenvolvimento brasileiro era retardado pela incapacidade de planejamento e execução governamentais e, “[...] a necessidade de elaborar um método de formulação política nacional”.

Convivendo com rápidas transformações econômicas e políticas, a ESG esteve presente, visível ou não, por mais de três décadas na vida brasileira. Para Mattos (1975, p. 61), “[...] até 1964 a ESG não teve influência nas decisões do governo, mas formulou sua doutrina de segurança nacional e pesquisou no campo do desenvolvimento”. Arruda (1978, p. 72-73), levando em consideração a doutrina e o método de trabalho, identifica várias fases da ESG entre 1949 e 1978. A primeira iria até 1952, quando teria predominado o estudo da conjuntura. A segunda, entre 1953 a 1967, quando se iniciou o estudo da doutrina com ênfase na segurança, abrangendo inclusive o tempo do governo Castelo Branco.

A terceira fase, de 1968 a 1973, foi a da predominância dos estudos de desenvolvimento. Neste último ano, explica Arruda (1978, p.72-73), um novo Regimento, instituído por decreto “[...] ampliou a missão primitiva da Escola – de Planejamento da Segurança Nacional – estendendo-a para a da ‘Formulação da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento’”. Não foi apenas uma mudança de retórica, era época do “milagre econômico” e do auge do fechamento político do regime militar, e os geopolíticos viam os resultados do crescimento brasileiro como o acerto de seus

estudos e previsões. E, com o novo regimento da ESG, talvez pensassem, havia um respaldo maior, além do reforço de uma suposta fonte de legitimidade.

Se na metade da década de 1970, havia no Brasil estabilidade e progresso - supunham os geopolíticos da ESG, como Mattos (1975, p. 60-67) - isso indicava que a política proposta pela instituição era “[...] formulada dentro de rigoroso processo de racionalização científica” e incorporava “[...] os valores geopolíticos que vinham sendo levantados por todos aqueles que a precederam como instituto superior de altos estudos”¹. Lembra ainda Mattos (1975, p.61) que:

Quando veio a Revolução de 1964 a doutrina da Escola Superior de Guerra já estava formulada e exercitada em termos laboratoriais ou escolares. Foi fácil para o chefe da revolução, o presidente Castelo Branco e seus principais assessores Golbery, Ernesto Geisel, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, todos ex-militares (sic), participantes ativos na formulação dessa doutrina, pois todos haviam pertencido aos quadros da ESG, transferirem para a prática governamental a doutrina formulada durante 14 anos no casarão do Forte de São João.

Dentro da linha que atribui à entidade um papel central nos acontecimentos políticos e sucessos na economia brasileira pós 1964, Tambs (1978, p. 46), afirma:

Os militares revolucionários brasileiros, ao contrário de outros países, já tinham um plano ao chegar ao poder. Orientados por um grupo de intelectuais militares e em íntima ligação com diplomatas e tecnocratas civis, que cursaram a Escola Superior de Guerra (ESG), as forças Armadas impulsionaram o Brasil para o Status de superestado.

No entanto, de acordo com o pesquisador norte-americano Alfred Stepan (1971), a doutrina da Escola, simpática ao liberalismo econômico, estava longe de ser seguida por todos os militares mais graduados e, as ideias políticas, principalmente sobre desenvolvimento, dos que assumiram o poder em 1964, foram assimiladas principalmente na experiência da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e em cursos

¹ Compreensivelmente, ignoram-se nesse e outros textos da mesma linha, estudos e mesmo instituições de cores políticas diferentes, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), por exemplo. O ISEB (SANDRONI, 1999, p. 311), foi criado em 1955, subordinado diretamente ao ministro da Educação e Cultura, embora com autonomia administrativa e liberdade de pesquisa. Ocupava-se, além de estudos, da organização de cursos, conferências, palestras e seminários. Como era um foco de elaboração de ideologia nacionalista, foi extinto poucos dias após a derrubada do governo de João Goulart, em abril de 1964, por decreto.

nos EUA. Daí serem os integrantes do grupo mais próximo a Castelo Branco, mais afeito com a política externa norte-americana.

Stepan (1971, p. 245-247), anota que o governo que se seguiu ao de Castelo Branco, o de Costa e Silva, tinha um cunho mais nacionalista e elementos conhecidos como de “linha dura”, como os generais Albuquerque Lima, Syseno Sarmento, Jayme Portela e Emílio Garrastazu Médici. Entretanto, de acordo com Skidmore (2000), não diferia muito do anterior, já que continuou na mão de tecnocratas de linha semelhante. Tratava-se, salienta Skidmore, de nomes conhecidos, como o economista Antonio Delfim Neto no Ministério da Fazenda, Helio Beltrão no de Planejamento e Mario Andreazza nos Transportes. No entanto, os acontecimentos futuros mostraram que havia uma divisão quase irreconciliável entre os dois grupos, mas mesmo durante o domínio da “linha dura” no governo, que apoiava uma política econômica ortodoxa, houve preocupação com o desenvolvimento e a defesa da fronteira no extremo Norte.

O grupo da ESG voltaria ao poder em 1974 com Ernesto Geisel. E, no governo desse, associado ao II PND e aos sucessos na área econômica e na política externa, alguns pensadores geopolíticos, como o general Meira Mattos, exultam com a perspectiva de o Brasil se transformar em potência mundial. Mattos (1975, p. 103), raciocinando sobre as indefinições e crises da política norte-americana após a guerra do Vietnam, afirma que:

Na presente conjuntura mundial, dominada pela arrancada sem precedentes para o progresso científico e tecnológico, quem ficar para trás, dia irá aumentando a distância que, dramaticamente, separa as nações mais desenvolvidas das demais. Ficar para trás na escalada da ciência, da técnica e da indústria, significa condenar-se à posição de inferioridade cada dia mais irrecuperável. Pelo direito de possuímos uma vocação de grandeza, justificada pelas nossas expressões geográfica e demográfica, fomos desafiados a provar a nossa capacidade revolucionária alcançando as metas de nossa Política de Desenvolvimento a curto prazo. Este prazo concedido à Revolução não poderá passar do ano 2000. No início do milênio, teremos que estar formando entre as nações mais prósperas e poderosas do Universo.

O ano 2000 é aqui um marco, uma meta a ser atingida de acordo com o mesmo autor (MATTOS, 1977, p. 137-144), quando o Brasil faria parte do clube das potências mundiais, com a incorporação de tecnologias, como a atômica. Esse otimismo era partilhado por alguns técnicos e intelectuais ligados ao regime.

Na literatura política brasileira a data não se referia apenas ao final do século XX, quando muitas metas deveriam ser atingidas, mas também de uma “resposta” a um estudo do Instituto Hudson, de Nova York (MELO FILHO, 1974; SIMONSEN, 1973), publicado em 1965. Registra Simonsen (1973, p. 20-26), que a obra *The Year 2000*, de Herman Kahn e Anthony Wiener, indignou alguns analistas da economia brasileira, ao calcular para o Brasil uma renda de apenas 506 dólares *per capita* em 2000, enquanto a americana seria superior a 10.000 dólares anuais e o Japão, Canadá Europa Ocidental atingiriam aproximadamente 6000 dólares. O economista e ex-ministro destaca que a renda *per capita* do brasileiro era na época 280 dólares, o que representava 1:12,7 da americana, mas no ano 2000 essa relação seria de 1:20,7, de acordo com os pesquisadores americanos do Hudson. Simonsen (1973, p. 21-22), mostra que, graças às medidas dos governos brasileiros de então, a Fundação Getúlio Vargas registrava que em 1969 o *per capita* brasileiro era de 440 dólares. Se a renda nacional brasileira seguisse esse ritmo, afirma o autor, teríamos em 2000 uma projeção de 3.100 dólares, uma “cifra bem mais alentadora que a prevista pelo *Hudson Institutê*”.

Murilo Melo Filho lembra em *O progresso brasileiro* (1974, p. 91), com base em dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), instituição técnica brasileira, que a renda *per capita* do país já era em 1965 de 318 dólares, e que a taxa de crescimento econômico era bem mais elevada que a dos cálculos da dupla Khan-Wiener. Melo Filho ressalta que a taxa de crescimento do “Brasil Grande” era de 7% ao ano e que na pior das alternativas, o Brasil ingressaria no ano 2000 na categoria dos países industrializados, apesar de sua elevada taxa de natalidade, que projetava para o país uma população superior a 200 milhões naquele ano. Registra ainda (1974 p. 91), que o *Hudson Institute*, através do engenheiro ítalo-americano Roberto Panero, elaborou um projeto polêmico na década de 1960: o da inundação de grande parte da Amazônia para viabilizar sua exploração econômica, via construção de imensas barragens do lado brasileiro e da Colômbia. Tal projeto indignou intelectuais e militares brasileiros e teve seu peso em decisões posteriores.

A geopolítica para a Amazônia – uma síntese

Um breve resumo das medidas para a Amazônia inclui numa primeira fase a criação do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e o

Banco da Amazônia S/A - BASA, (BRITO, 2000, p. 151). Fez ainda parte do elenco de medidas a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), (BRITO, 2000, p. 151). A partir de 1970 seguem-se exemplos da busca da racionalidade burocrática: os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). O I PND (1972-1974) foi elaborado numa época em que havia grande progresso nos países ricos e, assim, capital externo disponível para investimentos (BECKER, EGLER, 1994; JOFFILY, 1998, p. 195). No governo de Ernesto Geisel (1974-1979), foi elaborado o II PND, que procurava dar ao Brasil o status de “potência emergente” e visou a uma maior expansão do mercado interno, substituir importados e a tornar o Brasil um exportador de bens primários em larga escala, como os minérios. Para Furtado (1981, p.191), o II PND, mais diretamente que os planos anteriores, resultou em medidas mais concretas para atenuar as disparidades regionais, redividindo a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste atribuindo a cada uma um programa específico, como o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).

O II PND e o POLAMAZÔNIA causaram enorme efeito estruturante na Amazônia, com a abertura de rodovias, como as BR 174 e Perimetral Norte, e a implantação de projetos de mineração e as hidrelétricas de Tucuruí e Balbina. Após 1979 (BECKER, 1995), com o segundo choque do petróleo e a crise da dívida que se alastrou desde os EUA e promoveu a alta dos juros das dívidas do Terceiro Mundo, houve o refluxo.

Nos anos de 1980, o Brasil e as outras economias latino-americanas sofreriam com a segunda crise do petróleo e a denominada crise da dívida. Becker, Egler (1994), registram que nesses países a renda *per capita* caiu aproximadamente 10% e em 1985 estava apenas um pouco superior que dez anos antes; o desemprego suplantara em 15% a força de trabalho e a inflação disparava. Apenas um grande projeto de cunho militar foi instituído na Amazônia: O Calha Norte (1985). Este, ainda vigente na atualidade, ao contrário de outras medidas, não estruturou novas realidades na região. A população da região se multiplicou, a economia mudou suas matrizes, as cidades amazônicas cresceram, novos estados foram criados: como Tocantins, Amapá e Roraima. Tudo isso tem a ver com as mudanças implantadas de fora para dentro. Há pois, uma dívida mas há também uma constatação: o pensado e o real estavam muito distantes, conforme se percebe nas observações de hoje e a literatura e pensamento de ontem.

Considerações Finais

Após 1964, em diferentes momentos, medidas político-administrativas de abrangência nacional e regional foram impostas pelo Regime Militar ao Brasil e em especial para a Amazônia. A matriz principal do pensamento visando a construção de um país desenvolvido e poderoso foi a Escola Superior de Guerra – ESG. Fatores históricos, principalmente internacionais, com as crises do petróleo da década de 1970 mudaram o contexto político nacional, redirecionando o conjunto de ações e medidas adotadas, inclusive na Amazônia, um dos alvos prioritários dos planejadores geopolíticos. Na atualidade, é possível identificar resultados mais visíveis do conjunto de ações que buscavam mudar as realidades nacionais e regionais, seja na forma de rodovias, aumento e deslocamento de populações e alterações do perfil econômico e social.

No campo internacional, terminou a Guerra Fria (1991), a economia e a política mundial passaram e passam por mudanças antes impensadas. O regime militar terminou em 1985 e a partir de 1988, com uma nova Constituição Federal o Brasil e a Amazônia seriam diferentes do pensado e desejado, mas sem dúvida, há uma herança das transformações patrocinadas pelo Estado, na forma de rodovias - como a BR 174 que liga Manaus à fronteira da Venezuela – bem como estruturas administrativas e de apoio ao desenvolvimento regional, como a Zona Franca de Manaus e a SUDAM, ainda operantes. Tratados de cooperação com os vizinhos continuam a ser assinados e, acima de tudo, planos continuam a ser feitos para o Brasil e a Amazônia. Mas, diferentemente de antes, setores maiores da sociedade também debatem as possibilidades, os problemas e possíveis soluções, o que era tratado apenas por grupos fechados.

Recebido em outubro de 2014, aprovado em fevereiro de 2015.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Antonio de. A doutrina da Escola Superior de Guerra. Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, Ano 65, n. 679. p. 65-73, set./out., 1978.

BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. (Coleção Geografia).

BRASIL. Constituição. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas 1999.

BRITO, Daniel Chaves de. A modernização da superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

FURTADO, Milton Braga. Síntese da economia brasileira. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

JOFFILY, Bernardo. Isto é Brasil 500 anos: Atlas Histórico. São Paulo: Três Editorial, 1998. 314 p.

MATTOS, Carlos de Meira. Brasil, geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

MATTOS, Carlos de Meira. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MELO FILHO. Murilo. O progresso brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política Nacional: o Poder Executivo e geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. (Coleção documentos brasileiros,190).

SIMONSEN, Mário Henrique. Brasil 2002. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/APEC/Bloch, 1973.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

STEPAN, Alfred. The military in politics. Princeton University Press, 1971.

TAMBS, Lewis A. Fatores geopolíticos na América Latina. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro. Ano 65, n. 679, set./out.1978.